

Câmara Municipal do Seixal (texto)



Investimento na Educação

O investimento nacional necessário na Educação no nosso país passa em primeiro lugar pela resolução dos problemas existentes de há longa data, para os quais as autarquias têm chamado a atenção, dos vários ministros que passaram pela pasta da Educação reivindicando a sua resolução.

Estes problemas são transversais e constituem um efectivo entrave ao desenvolvimento nesta área fulcral da sociedade.

Quando falamos em "investimento", não nos referimos apenas a despesa com novos equipamentos, novas estruturas ou a programas de financiamento com vista à modernização das escolas e ao apoio às autarquias para a implementação de projectos e acções que consolidem políticas de desenvolvimento educacional nos municípios.

Este investimento tem de preferencialmente começar pela resolução dos problemas de base existentes na educação, por forma a deixar pessoas e estruturas livres para efectivamente realizarem um trabalho eficaz na Educação e no Ensino.

As novas medidas, os programas inovadores, as experiências piloto que sucessivamente cada equipa ministerial da educação implementa como resultado das medidas que cada Governo pretende levar a efeito, têm tido um resultado pouco útil e têm na sua maioria servido para muito pouco., pelo seu abandono precoce ou pela sua falta de continuidade.

Parece-nos estar provado que as medidas avulsas, os projectos e as experiências sem continuidade são geradoras de confusão e instabilidade e trazem descrédito ao sistema de ensino do país.

Muita da legislação publicada acaba por não se cumprir, por falta de adequação à realidade do país. Alguma dessa legislação, após a sua publicação, aguarda depois longos anos pela sua regulamentação, o que constitui motivo de insegurança e desorientação nas estruturas ligadas à Educação.

Consideramos por isso que um primeiro esforço a fazer nesta área deveria ser o de proceder à actualização de legislação que continua em vigor, mas se encontra desadequada ou nunca foi devidamente regulamentada.

Por outro lado é imperativo um pacto político de longo prazo que trace o rumo para a educação e que termine com as sucessivas mudanças nas políticas educativas ao sabor dos sucessivos governos e equipas ministeriais.

Terá também de existir um investimento forte que permita a resolução dos problemas básicos que afectam as escolas, nomeadamente em termos dos edifícios, equipamentos e outros recursos materiais, que respondam às exigências actuais, algumas delas recentes (por despacho da tutela).

Essas necessidades básicas não têm tido a resposta necessária por parte das entidades competentes. Não é admissível pois que se publiquem despachos sem que à priori se faça a avaliação da sua exequibilidade.

Só depois de resolvidas essas questões de base estarão criadas as condições que libertem os agentes educativos para tarefas que visem dar resposta aos problemas pedagógicos com que se deparam quotidianamente, trabalhem e reflectam sobre matérias educativas que possam elevar os padrões de exigência educativa.

A produção massiva de legislação e medidas que assentam no conhecimento generalista e distante das realidades específicas e diversas, existentes nas várias regiões do país, conduzem a uma deficiente e desadequada aplicabilidade e promovem a desigualdade de oportunidades, contrariando a ideia central da escola pública que é a da promoção da igualdade de oportunidades.

Por outro lado raramente são feitas avaliações às medidas adoptadas e aos resultados das mesmas, ou quando o são não se divulgam por contrariarem os resultados esperados ou exporem as debilidades em que assentavam, razão pela qual também não se corrigem.

Actualização da legislação, relacionada com a actividade escolar, em várias áreas, nomeadamente nos Transportes Escolares - a actual legislação está completamente ultrapassada e foi desde sempre desadequada às grandes áreas metropolitanas.

Na Acção Social Escolar destinada ao 1º ciclo do ensino básico - não existem normas para a atribuição de subsídios para a alimentação. Algumas autarquias apoiam-se no despacho anual que define as capitações para os 2º e 3º ciclos do ensino básico e é nesta base que atribuem apoios. Para a aquisição de livros e de material escolar, não estão definidos montantes de apoio e cada autarquia concede subsídios na medida da sua disponibilidade financeira. Os formulários de candidatura para estes apoios são produzidos nas autarquias e o trabalho de apoio e acompanhamento de problemas sociais detectados nas escolas, é na generalidade dos casos inexistente.

Na gestão de refeitórios escolares assim como para a sua construção e equipamento não existem normas específicas – a legislação aplicada é a da restauração. Na construção de edifícios escolares, nomeadamente do 1º ciclo do ensino básico, não existem normas definidas.

Os programas base sobre os quais assentam os projectos são definidos consoante as capacidades financeiras de cada autarquia. A única norma existente é a das tipologias definidas para as cartas educativas, nos Critérios de Reordenamento da Rede Educativa.

Apesar de estarem definidos apoios para a Educação Pré-Escolar, estes dependem em cada ano lectivo da assinatura de acordos entre as autarquias, o Ministério da Educação e o Ministério da Solidariedade Social.

As escolas devem possuir maior autonomia com uma maior descentralização de competências que acompanhem esse processo de autonomia e com clara

definição dos papéis atribuídos por essa autonomia aos diferentes agentes educativos, órgãos de gestão das escolas, professores, municípios, pais, alunos, empresas e outros elementos da comunidade.

Algumas medidas como a criação dos Agrupamentos de Escolas conduziu a que por exemplo as escolas do 1º Ciclo tenham perdido por completo a já pouca autonomia que possuíam com consequências negativas para o sistema. Consideramos imprescindível o cumprimento do currículo do 1º ciclo do ensino básico e de todas as medidas que este contém, assim como o respeito pelos princípios consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo e a promoção da qualidade na Escola Pública. É necessária maior confiança nas escolas e nos professores que são os actores melhor posicionados para encontrar as melhores respostas e intervir no processo das escolhas e decisões.

A diversidade de ofertas para necessidades diferentes deverá ser produzida pela escola em função das suas especificidades. Devemos ainda referir que a proliferação de licenciaturas existentes nos estabelecimentos superiores privados têm “produzido” licenciados sem saídas profissionais e sem correspondência no mercado de trabalho. Foi praticamente “abandonado” e desvalorizado o ensino politécnico e o ensino profissional, quando na realidade muitos jovens prefeririam enveredar por uma via de estudos que lhes proporcionasse saídas para o mercado de trabalho numa área mais técnica. As boas práticas e experiências com resultados positivos, encontradas pelas escolas e outras instituições devem ser difundidas e promovidas.

A experiência da Escola de Segunda Oportunidade no Seixal, constituiu uma experiência de êxito para jovens que abandonaram o sistema de ensino. Foram criados currículos alternativos adequados às suas capacidades e foram feitos acordos com empresas no sentido de proporcionarem estágios profissionais aos jovens em áreas diversas que lhes possibilitaram contacto com o mundo do trabalho.

A Câmara Municipal do Seixal, membro fundador da Associação Europeia de Cidades com Escolas de Segunda Oportunidade, AECESO, implementou em Portugal esta iniciativa inovadora, no domínio da educação, formação e emprego. O recurso ao partenariado constituiu desde o início um elemento privilegiado no sentido de construir-se uma forte rede de parcerias locais e regionais adequada às características e filosofia do projecto Escola de Segunda Oportunidade.

Os resultados foram bastantes positivos na medida em que, os jovens concluíram com sucesso o 9º ano de escolaridade e uma formação nível II em áreas profissionais diversificadas. Tratou-se de um projecto de vida para os jovens que se encontram à margem de uma sociedade cada vez mais complexa e competitiva, onde o conhecimento e a competência são valores fundamentais. A virtualidade da ESO assentou, entre outros aspectos, no desenvolvimento de uma formação baseada em currículos personalizados e em processos de tutoria. A ESO foi objecto de um forte investimento municipal e consistiu também, numa aposta que implicou esforços e expectativas individuais e colectivas que lamentavelmente foram goradas por uma perspectiva centralista pouca aberta à inovação.

A Escola como local de mudança

A escola tem de deixar de ser um local de massificação e de normalização e passar a ser um local de mudança. A formação de cidadãos passa pelo incentivo à sua participação, ao exercício efectivo da cidadania e à sua responsabilização enquanto membro da sociedade. Nas escolas raramente há espaço para este trabalho de formação. O aluno deve ser respeitado e activamente incentivado a exercer a democracia. O papel passivo a que durante anos no sistema educativo é sujeito, transforma os alunos em cidadãos que não sabem expor uma ideia, apresentar um projecto, intervir construtivamente na sociedade e que sejam conhecedores dos seus direitos e conscientes dos seus deveres.

Apesar de todos estarmos conscientes deste facto, na maioria das escolas o professor continua a ter o papel do detentor do conhecimento e o aluno a ser o receptor passivo do conhecimento transmitido. Todos os seres humanos são diferentes, todos têm capacidades diferentes. Aceita-se como normal que os mais fracos sejam apoiados para melhorar o seu desempenho mas os mais fortes têm de se submeter à média imposta na normalização do sistema de ensino.

Deveria ser possível, apoiar os mais fracos e incentivar os mais fortes, a escola pode e deve ser um local de mudança e de transformação, mas tem de estar preparada para a diversidade. Essa preparação não se compadece com as medidas do Ministério da Educação que se traduzem políticas de redução de custos, nomeadamente com recursos humanos, inviabilizando o funcionamento de bibliotecas, centros de recursos, ludotecas e mediatecas escolares, refeitórios e cantinas escolares ou unidades especiais de apoio a crianças com necessidades educativas especiais.

A transformação na escola passa igualmente pela formação inicial e contínua de profissionais para a educação: professores, educadores, auxiliares, gestores de recursos educativos, orientadores da vida escolar. A criação de gabinetes de apoio à orientação dos planos de estudo dos alunos e de incentivo aos pais e encarregados de educação à participação/conhecimento activo da vida escolar das crianças e jovens.